

Dos Réis ao Real digital, o futuro da moeda do País

Nova fase do dinheiro no Brasil parte da implantação do Drex, que encontra-se em fase de testes pelo Banco Central



Nícolas Pasinato
nicolasp@jcrs.com.br

Desde o fim do Mil-réis, em 1942 - moeda que circulou no Brasil durante mais de quatro séculos, até ser trocada pelo Cruzeiro em uma reforma monetária do governo de Getúlio Vargas durante o Estado Novo - o Real já é a moeda mais longa do País. De 1942 até os dias hoje, o Brasil contou com oito diferentes moedas: Cruzeiro, Cruzeiro Novo, novamente Cruzeiro, Cruzado, Cruzado Novo, Cruzeiro outra vez, Cruzeiro Real e Real. Após a consolidação em um cenário que era acostumado com trocas monetárias sucessivas, o Real se prepara agora para receber uma nova roupagem, em formato digital.

A moeda digital brasileira, que foi batizada de Drex pelo Banco Central (BC), encontra-se em fase de testes e ainda não foi anunciada a sua data de lançamento, podendo ocorrer entre 2025 e 2026. "Teremos uma nova forma de trabalhar via carteiras digitais conectadas com o Banco Central, em que poderemos transferir, por exemplo, R\$ 100,00 para essas carteiras e elas terão exatamente o mesmo valor, ou seja, 100 Drex", detalha a economista e professora de MBAs da Fundação Getúlio Vargas (FGV), Carla Beni.

Ela enfatiza a diferença entre Drex e Pix: "O Pix é uma forma de transferência de moeda e entra na mesma categoria do antigo cheque e dos cartões de débito e de crédito. Já o Drex é a moeda em si, na sua versão digital", compara.

Segundo o BC, a utilização do Drex na comparação com o Pix também se dará para fins

distintos. Enquanto o Pix obedece a limites de segurança e é usado, na maior parte das vezes, para transações comerciais, o Drex poderá ser usado para comprar imóveis, veículos e até títulos públicos. Outra diferença em relação ao Pix é que, no Drex, a transferência utilizará a tecnologia blockchain, a mesma das criptomoedas.

"A tecnologia blockchain fornecerá ainda mais segurança para transações financeiras. Adicionalmente, esperamos que possibilite registrar e transacionar ativos digitais. Um dos grandes ganhos aguardados é a realização de contratos inteligentes, facilitando vendas de produtos e negociações em geral", complementa a Edlayne Burr, diretora executiva e líder de Estratégia para Pagamentos da Accenture na América Latina.

Para Edlayne, o País tem se destacado como um forte ator da evolução tecnológica no mercado financeiro, combinando, em suas palavras, inovação com políticas regulatórias eficazes. "Quando comparamos o Brasil com outros países, vemos que ele está à frente de muitas economias desenvolvidas em termos de inovação em pagamentos digitais. Enquanto países como os Estados Unidos ainda estão em fases iniciais de adoção de sistemas de pagamento instantâneo, o Brasil já consolidou e popularizou o Pix, tornando-o parte integrante da vida financeira diária dos brasileiros", ressalta.

O professor de economia da Ufrgs Luiz Augusto Estrella Faria aponta o debate do futuro da moeda, não só no Brasil como no mundo, para um outro lado. "As pessoas ficam muito impressionadas com o uso de moedas digitais ou virtuais. Na verdade, toda a moeda é virtual desde que não existe mais a convertibilidade



O Real, implementado em 1994, já é a segunda moeda mais longa do Brasil

Linha do tempo das moedas no Brasil

- ▶ Réis (1500 a 1942)
- ▶ Cruzeiro (1942 a 1967)
- ▶ Cruzeiro Novo (1967 a 1970)
- ▶ Cruzeiro (1970 a 1986)
- ▶ Cruzado (1986 a 1989)
- ▶ Cruzado Novo (1989 a 1990)
- ▶ Cruzeiro (1990 a 1993)
- ▶ Cruzeiro Real (1993 a 1994)
- ▶ Real (desde 1994)

como no tempo do padrão ouro. E isso faz mais de 100 anos", diz.

Ele explica que a moeda nada mais é do que uma promessa de pagamento, como uma nota promissória. A diferença é que ela é emitida pelo Estado, que lhe confere credibilidade. "Da mesma forma, por não ser emitido por nenhum Estado, o Bitcoin ou outra criptomoe-

da é um investimento de alto risco, porque a sua garantia é dada por um agente privado, infinitamente menos poderoso que um agente governamental", afirma.

Faria destaca ainda o peso da confiança em uma moeda, já que o seu real poder de compra só é conhecido quando a trocamos no mercado por um produto ou pela moeda de outro país. Segundo ele, se o estado que a emite for forte, será desejada por todos. "Ao fim e ao cabo, o dólar é aceito com facilidade porque os Estados Unidos têm o maior PIB e o maior exército do mundo", avalia.

O professor aponta como uma tendência a criação de moedas supranacionais, a exemplo do Euro, a partir de novos arranjos internacionais entre grupos de países. "Os Brics (grupo econômico formal formado por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul), por seu poder econômico e também pela força militar de

Rússia e China, vêm sendo vistos como possíveis criadores de um novo arranjo monetário internacional. É uma possibilidade. Mas é certo que o movimento na direção de uma maior variedade de moedas nas transações globais veio para ficar", conclui.

A série de reportagens sobre os 30 anos do Plano Real se encerra nesta edição. Ao longo desta semana foram publicadas cinco matérias e duas entrevistas especiais sobre o tema.

Confira a cronologia:

1/07 Plano Real completa 30 anos

1/07 Após o Real, faltou a responsabilidade fiscal, diz Ricupero

2/07 Estabilidade do Real trouxe ganhos sociais aos brasileiros

3/07 Hiperinflação era 'tortura cotidiana', diz Gustavo Franco

4/07 Previsibilidade econômica transformou o setor produtivo

5/07 Dos Réis ao Real digital, o que esperar do futuro da moeda brasileira

5/07 Real tem inflação acumulada de 708% em 30 anos

Inovação no sistema financeiro veio na esteira do Plano Real

A Federação Brasileira de Bancos (Febraban), em nota encaminhada à reportagem, diz que os 30 anos do Plano Real moldaram o mercado financeiro em direção ao avanço da inovação e da tecnologia.

Em 1996, segundo a federação, foram feitos investimentos no desenvolvimento e disponibilização da internet banking aos clientes

e, como parte de um esforço global para aumentar a segurança nas transações com cartões, foi implantado o chip, a partir de 1999.

Já nos anos 2000, a Febraban recorda que foi lançado o primeiro serviço de aplicativo mobile no Brasil e, em 2002, o Sistema de Pagamentos Brasileiro (SPB) foi estabelecido no País, como um conjunto de regras e sistemas para

aprimorar as operações financeiras e de pagamento.

A implantação do Pix - sistema de transferências instantâneas -, por sua vez, veio em 2020 e ganhou grande adesão entre os brasileiros. Em 2023, de acordo com a Febraban, foram quase 42 bilhões de transações pelo sistema, o que representa um crescimento de 75%, em relação ao ano ante-

rior. Desta forma, o Pix se tornou o meio de pagamento mais popular do Brasil.

Em 2021, foi a vez do Open Finance, que permite o compartilhamento, por parte dos clientes, de seus dados de forma padronizada com diversos tipos de instituições financeiras. No mesmo ano, iniciaram os estudos para a implementação da moeda digital brasileira.